



Interações sociais, comunicação e desenvolvimento rural de agricultores familiares.

Social interactions, communication and development of rural family farmers.

Ana Beatriz Alves de Araújo¹; Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo²

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

²Doutor em Engenharia Química, Engenheiro da Petrobras e Professor da Universidade Potiguar, campos Mossoró.

Resumo

Este artigo analisa as interações sociais e o desenvolvimento de agricultores familiares sob a ótica de contribuições que o processo de comunicação pode trazer ao desenvolvimento, onde o embasamento teórico principal é o da comunicação para a mudança social. A pesquisa se baseia em dados coletados na Rede Xique Xique. Um dos objetivos propostos é verificar se, ao longo do tempo, a coletividade entre agricultores familiares seria reforçada ou se, ao contrário, haveria tendência à individualização. Outro objetivo é identificar se extensionistas e representantes de sindicato estão integrados à rede de relacionamentos dos produtores assentados. Parte-se das hipóteses de que existe uma rede consistente de interações sociais que inclui atores de diversos setores da sociedade local e também de que os agricultores familiares têm avançado no processo de emancipação.

Palavras Chave: Interações Sociais; Comunicação; Agricultura Familiar; Rede Xique Xique.

Abstract

This article examines the social interactions and the development of family farmers from the perspective of contributions that the communication process can bring to development, where the theoretical background is the main communication for social change. The research is based on data collected on the Web Xique Xique. One of the objectives proposed is whether, over time, the community would be strengthened between farmers or whether, instead, there would be a tendency to individualization. Another objective is to identify whether extension and union representatives are integrated into the network of relationships of producers sitting. It starts with the hypothesis that there is a consistent network of social interactions that includes actors from various sectors of local society and also that family farmers have advanced in the process of emancipation.

Keywords: Social Interactions, Communication, Family Farming, Network Xique Xique

I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar as diversas relações entre comunicação e desenvolvimento de agricultores familiares. Comunicação é aqui compreendida como processo social e, neste sentido, foram pesquisadas as práticas cotidianas que as famílias têm para se informar sobre assuntos gerais e também específicos da atividade produtiva rural e expressar suas próprias ideias e dúvidas. Acredita-se que a interação social dos produtores rurais seja distinta e que haja relação entre o nível de comunicação e o grau de desenvolvimento das famílias. Os levantamentos de campo foram realizados em 2012 junto a diversos atores envolvidos na temática do desenvolvimento rural da Rede Xique Xique. As apurações se deram por meio de entrevistas guiadas, aplicação de questionários a produtores de todos os assentamentos do município escolhido e também por observação não-participante.

Neste artigo, especificamente, apresenta-se e analisa-se parte das informações coletadas nesse escopo maior de pesquisa. Os objetivos do artigo em questão se focam nas interações sociais de agricultores familiares. O primeiro deles busca verificar se, com o passar dos anos, estaria sendo reforçada a coletividade ou se, ao contrário, haveria tendência à individualização, pois o conhecimento deste comportamento dos agricultores é importante para a definição e condução eficaz de políticas públicas. Outro objetivo é identificar se profissionais do serviço público de assistência técnica e extensão rural e representante de organizações sociais como o sindicato de trabalhadores rurais participam correntemente das interações sociais dos agricultores.

Assume-se como hipóteses que: (a) existe uma rede de interações sociais – em contínua evolução – que favorece trocas consistentes entre os agricultores familiares da Rede e desses com outros atores locais; e (b): os agricultores têm avançado no processo de emancipação, de construção de sua cidadania, entendida como qualidade do cidadão que age conscientemente para fazer valer os direitos individuais e coletivos que tem (em âmbito civil, político e social entre outros) ao mesmo tempo em que cumpre os deveres que são lhe são atribuídos numa sociedade democrática.

O arcabouço teórico principal é o da “Comunicação para a Mudança Social”. Assume-se que a comunicação pode ter papel estratégico no processo de desenvolvimento circunscrito nesse artigo às mudanças das condições de vida das

famílias – à medida que facilita trocas e aproximações entre as pessoas. Esse relacionamento, por sua vez, é parte do próprio tecido social e tende a ser mais intenso (ou efetivo, em termos de qualidade) quanto mais consolidada for à rede de interações onde se realiza essa comunicação. A ideia é de estreita interdependência, funcionando como engrenagem de um círculo virtuoso.

Numa sociedade com laços firmes entre seus participantes, a comunicação tenderia, então, a se processar de modo a reforçar trocas e aproximações, e esse relacionamento concorreria para o “desenvolvimento”. Por outro lado, o desafio estaria em aperfeiçoar (ou aproveitar) os recursos dessa “comunicação-processo-social” numa sociedade que está construindo sua teia social de modo que funcionassem como catalisador do desenvolvimento do grupo. O propósito da comunicação para a mudança social é auxiliar comunidades a criar e a manejar processos de melhoramento de suas vidas sob as perspectivas que o próprio grupo vislumbra.

Esse contexto desafiador pode ser encontrado em regiões onde foram implantados Espaços de Comercialização Solidária, como é o caso da Rede Xique Xique na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Famílias com diferentes históricos fortalecem a diversificação das economias locais e geram valor, construindo assim um novo território, processo que se dá mediante sucessivas negociações também com outros segmentos da sociedade local.

A Rede Xique Xique se apresenta como uma experiência de diversificação da agricultura familiar que teve sua estruturação e organização, de forma indireta, a partir de 1999 por um grupo mulheres que iniciou a produção de hortas orgânicas no Projeto de Assentamento Mulunguzinho na zona rural do município de Mossoró. A estruturação direta da Rede Xique Xique se deu a partir de 2004 com a criação do Espaço de Comercialização Solidária na cidade de Mossoró. E a sua estrutura atual é constituída por cerca de sessenta grupos produtivos distribuídos em dez núcleos (ou municípios) em três territórios da cidadania, quais sejam: Sertão do Apodi, Assu-Mossoró e Mato Grande. Dentre os núcleos que compõem a Rede Xique Xique, Apodi se destaca pela dinâmica produtiva e diversificada, e por ter sido o primeiro município entre os dez analisados nesta pesquisa a introduzir práticas agroecológicas em uma dinâmica de agricultura sustentável.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

2.1 “Comunicação para a mudança social”

O vínculo entre comunicação e desenvolvimento vem desde meios do século XX. Onde o conceito tanto de comunicação quanto de desenvolvimento têm se modificado. No Brasil e em vários outros países, há cerca de uma década vêm se firmando na literatura e também na prática proposições de latino-americanos elaboradas principalmente na década de 1970 sobre a imprescindível *participação dos diretamente interessados* no processo de *desenvolvimento* (PONCHIO, 2011).

Autores latino-americanos, segundo Beltrán Salmon (2007), têm o mérito de terem iniciado a formulação de modelo de comunicação dirigido especificamente para a construção de uma sociedade democrática na década de 1970. Aqueles teriam sido os autores que romperam com o paradigma clássico do difusionismo (transmissão/persuasão) em favor de uma nova comunicação, que se realizava a partir de cidadãos emancipados e participativos. O novo modelo latino-americano recebeu várias adjetivações. Os pioneiros o chamam de comunicação horizontal, dialógica, popular, comunitária, participativa, “participatória”, grupal e alternativa. Neste artigo, opta-se pelas expressões “comunicação horizontal” e “comunicação para a mudança social”.

O boliviano Luis Ramiro Beltrán Salmón, considerado um dos pioneiros na conceituação e disseminação de comunicação horizontal na América Latina, destaca o acesso livre e igualitário, o diálogo e a participação, com funções interdependentes no processo de comunicação como os três elementos-chave do modelo da comunicação horizontal (TRIGUEIRO, 2001).

Em suas esclarecimentos sobre os termos-chave desse modelo, Beltrán Salmon (2007) entende por *acesso* o exercício efetivo do direito a receber mensagens; por *diálogo*, o exercício efetivo do direito de receber e ao mesmo tempo emitir mensagens; *participação* vem a ser o exercício efetivo do direito de emitir mensagens. *Direito de comunicação* é, então, assumido como direito natural de todo ser humano de receber e emitir mensagem ao mesmo tempo e de forma intermitente. *Necessidade de comunicação*, pois, é tanto uma exigência natural da pessoa quanto um requisito da existência social a fim de compartilhar suas experiências, por meio dos *recursos de comunicação*. Estes, por sua vez, vêm a ser todo elemento – cognitivo, afetivo ou físico – que puder ser usado para a troca de símbolos entre os seres humanos (BELTRÁN SALMON, 2007, p. 287).

De forma resumida, com base nesse autor, pode-se dizer que comunicação horizontal é o livre e igualitário processo de acesso, diálogo e participação baseado nos direitos, nas necessidades e nos recursos de comunicação para a realização de múltiplas finalidades, sendo: *Acesso*: pré-condição para a comunicação horizontal; *Diálogo*: eixo crucial da comunicação horizontal; *Participação*: ápice da comunicação horizontal; *Emissor & Receptor*: a distância entre “emissor” e “receptor” não figura no modelo; os participantes do processo cumprem ambas as funções alternativa e equitativamente; portanto, todos se identificam por igual como “comunicadores”; Acesso, diálogo e participação são interdependentes entre si (MARQUES DE MELO, 1989).

Assumir a postura participativa prevista no modelo de comunicação para mudança social pode ser entendido como conquista de cidadania, segundo Peruzzo (2002). Essa autora destaca que cidadania, a qual se fundamenta em direitos e deveres do cidadão, vai além das dimensões de liberdade individual (como liberdade, igualdade, locomoção, justiça) e participação política. Abrange também direitos sociais e coletivos, como direito das mulheres, direito ao desenvolvimento, direito à paz, ao meio ambiente. O acesso à informação e aos canais de expressão é também considerado por ela como um direito de cidadania, inscrito entre os direitos da pessoa (PONCHIO, 2011).

E nos idos deste século, ainda que lentamente, há indícios de que a fundamentação da comunicação participativa ou para a mudança social vem se concretizando. Ações interpessoais e também via meios formais de comunicação empreendidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, igrejas e núcleos comunitários seriam exemplos desse avanço. “A cidadania é sempre uma conquista do povo. A ampliação dos direitos de cidadania depende da ‘capacidade política’ dos cidadãos, da qualidade participativa desenvolvida” (PERUZZO, 2002, p. 5).

O estudioso das áreas de comunicação e cultura Jesús Martín-Barbero, espanhol com pesquisas focadas na América Latina, considera haver nítidos avanços na formação de cidadãos nesses países, em boa parte resultante do trabalho de movimentos sociais. Esse autor ressalta a existência de uma “nova sociabilidade”, de uma “nova agenda de temas importantes” decorrentes da articulação paulatina de movimentos pequenos, mas capazes de influenciar a escola, meios de comunicação municipais e comunitários entre outros de modo a criar redes eficazes para potencializar vozes dispersas no âmbito regional e mesmo nacional.

“Dessa multiplicidade, vejo que está surgindo uma nova cidadania” (Martín-Barbero, entrevista a FÍGARO PAULINO e BACCEGA, 1999 on-line).

2.2 Desenvolvimento e emancipação

Da literatura acerca de desenvolvimento, são tomadas para o suporte teórico desta análise, em especial, proposições do economista indiano Amartya Sen, que relaciona desenvolvimento social a liberdades individuais. Para ele, o que as pessoas conseguem realizar individualmente depende das oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e ainda do que chama de condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e apoio para iniciativas.

Por sua vez, as disposições institucionais que proporcionam essas condições são influenciadas pelas ações individuais à medida que as pessoas participam com liberdade de escolhas sociais e de tomadas de decisões públicas que podem estimular a geração dessas oportunidades. “Na visão do ‘desenvolvimento como liberdade’, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral” (SEN, 2000, p.25). As liberdades instrumentais citadas por Sen são Tratando-se especificamente de desenvolvimento rural, Schneider e Tartaruga (2005), também o atrelam a processo de mudanças sociais que venham a melhorar a qualidade de vida, a ampliar a justiça social, a liberdade individual e a emancipação política. Para esses autores, desenvolvimento rural “é o processo que resulta das ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p. 17).

Almeida (1997) defende um modelo de desenvolvimento sustentável que seja capaz de atender às necessidades de grupos sociais através de gestão democrática da diversidade, mantendo o foco no conjunto da sociedade. O modelo endossado por esse agrônomo pós-doutorado em sociologia teria como bases da sua sustentabilidade o reconhecimento e articulação de diferentes formas de organização e de demandas. Seria um “modelo rico em alternativas” para que fossem enfrentadas as complexas questões sociais e ambientais. “É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos” (ALMEIDA, 1997, p. 52-53).

2.3 Agricultura familiar: a conquista da cidadania

No Brasil, as discussões acerca de desenvolvimento rural ganham força na década de 1990, segundo Kageyama (2008), estimulada em boa parte pelo fortalecimento do debate sobre a agricultura familiar, que avança enquanto categoria política e ganha apoio do Estado através do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Como ponto de partida, observa-se que a agricultura familiar pode ser “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2009, p.156), mantendo a autonomia da gestão. O fato de o arranjo combinar intimamente família-produção-trabalho tem consequências para a forma como essa unidade de produção age econômica e socialmente, ressalta a autora.

Os estudos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) ajudam na compreensão sobre a agricultura familiar, que é uma forma social reconhecida na maioria dos países desenvolvido como Estados Unidos, Canadá e França. Por tratarmos de países diferentes, culturalmente distintos; provavelmente a agricultura familiar será analisada de forma diversificada, heterogênea; gerando assim, várias formas de produção agrária de caráter familiar que englobam estes preceitos: trabalho, propriedade e gestão familiar.

Wanderley (2009), explica que alguns estudiosos interpretam a presença de agricultores familiares modernos como o resultado de uma “ruptura profunda e definitiva” em relação ao passado. Mas, essa pesquisadora defende que o agricultor familiar moderno carrega traços de uma tradição camponesa, os quais, justamente, lhe permitiriam se adaptar às novas exigências da sociedade, ao invés da polarização entre capital e trabalho, a relação autonomia-subordinação é que definiria o campesinato na sociedade moderna.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, nos reporta ao Projeto de Assentamento Muluguzinho, zona rural de Mossoró. Nesse assentamento, iniciava-se em 1999, através do grupo produtivo de mulheres “Decididas a Vencer”¹, a experiência de produzir

¹ O grupo de mulheres Decididas a Vencer era constituído por nove agricultoras que residiam no P.A Muluguzinho e começaram inicialmente a produzir hortaliças orgânicas e buscaram um processo de comercialização da sua produção.

hortaliças agroecológicas para comercialização junto a Associação Parceiros da Terra/APT².

Na perspectiva de potencializar e replicar essa experiência, inicialmente pensou-se num projeto de comercialização para atender a outros grupos da região Oeste do Rio Grande do Norte que eram acompanhados por algumas Organizações Não-Governamentais/ONGs³ que assessoravam o processo de organização, produção e comercialização.

A Rede Xique Xique está presente nos territórios potiguares da cidadania Sertão do Apodi, Assu-Mossoró e Mato Grande, atuando nos seguintes municípios (ou núcleos): Apodi, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Janduí, Messias Targino, Mossoró, São Miguel do Gostoso, Serra do Mel e Tibau. As formas de organização que estruturam e operacionalizam a Rede Xique Xique se expressam a partir de quatro tipos distintos: unidades familiares, grupos, associações e cooperativas, os quais são compostos por mulheres ou de forma mista (homens e mulheres)

Para a coleta dos dados deste artigo, foram empregadas técnicas de entrevista guiada (semi-estruturada), entrevistas estruturadas (questionário) e observação não-participante, num esforço para combinar dados quantitativos e qualitativos e, assim, captar a diversidade de percepções dos atores envolvidos na composição da Rede Xique Xique. Os levantamentos de campo começaram por entrevistas guiadas com representantes de entidades diretamente relacionadas a agricultores assentados: órgãos de públicos de assistência técnica e extensão rural. Quanto aos questionários, foram aplicados a 81 agricultores familiares, selecionados aleatoriamente, o que representou 10% do total e margem de erro estatístico de 10%.

Do conjunto de dados obtidos, o presente artigo se dedica prioritariamente à análise dos alcançados nas entrevistas guiadas e em observações não-participantes; dados obtidos por questionários serão mencionados, nesta ocasião, de modo apenas complementar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2 Associação Parceiros da Terra/APT era uma associação informal de pessoas que pagavam uma mensalidade para o consumo de uma cesta de hortaliças agroecológicas.

3 Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN/AACC/RN, Centro Terra Viva, Centro Feminista 8 de Março, Visão Mundial, Conselho Fraternal das Comunidades Integradas de Mossoró e Baraúna/CONFRACIMB-RN, CRIARTE, Conselho de Desenvolvimento das Comunidades Reunidas do Município de Apodi/CDCRMA.

Com foco especificamente as informações relativas às interações sociais dos produtores analisados, percebe-se que entre os agricultores mais novos a coletividade seria maior, ao passo que nos mais antigos, bem mais escassa. O interesse por propostas de cursos e novos projetos apresentadas pelos técnicos, também seria bem maior nos agricultores que estão começando. Apesar disso destaca-se a política de trabalho da Rede na formação de associações para aproximar os produtores. Onde se observa que discutir e ter consciência de que o trabalho em equipe trará ganhos para todos.

Para Beltrán Salmon (2007), o autor Bordenave, que muito se dedicou aos princípios da comunicação para o desenvolvimento rural, tem o mérito de ter se “empenhado mais sistematicamente”, ter sido “criativo” e “perseverante”. Entende-se com isso a importância dos agricultores familiares da Rede Xique Xique adotarem o protagonismo na comunicação, exercendo, portanto, papel também de emissor de suas próprias mensagens; enfatizando a liberdade dos interlocutores no processo da comunicação, trocando e gerando informações, conhecimentos, compartilhando sentimentos e construindo poder coletivo que os auxilia a resolver seus problemas em comuns e a avançar para a transformação social.

Existe Comunicación Participatoria cuando todos los interlocutores tienen igual derecho y oportunidad de expresarse libremente para construir un discurso en común-orientado hacia el crecimiento de la consciencia crítica, individual y social -, para el desarrollo de la capacidad de resolver solidariamente problemas sentidos y la adquisición de poder colectivo con el fin de transformar las estructuras sociales injustas” (BORDENAVE, 1979, p.6, apud BELTRÁN SALMON, 2007, p. 285).

Segundo Ponchio (2011), autores latino-americanos se complementam na defesa de que a comunicação deve cumprir papel estratégico para o processo de desenvolvimento baseado na participação popular, funcionando como facilitador das trocas e aproximações entre as pessoas de modo a fortalecer o tecido social. Nesse contexto, o entendimento de comunicação passa pela defesa da diversidade cultural. Fala-se também em informação como prática de formação e desenvolvimento da “cidadania comunicativa”⁴.

4 Expressão do pesquisador boliviano Carlos Camacho, mencionada por Beltrán Salmon (2007, p. 30).

A respeito dos meios de comunicação de massa, os produtores familiares dispõem basicamente de televisão e rádio. Na maioria das casas, a televisão é sintonizada com apoio de antena parabólica que transmite programação nacional, privando-os até mesmo do noticiário regional – que seria genérico para a sua realidade, mas tenderia a aproximar-se mais dos interesses desse público que a grade somente nacional.

O processo de individualização dos agricultores seria em parte acentuado pela atração que a TV exerce sobre as famílias. Já que cada agricultor se isola no final do dia com a sua família em sua residência para assistir a programação da televisão. A TV pode pesar contra o desenvolvimento das atividades no lote e mesmo de integração entre os produtores. “Com a TV e outros meios, os agricultores começam a ficar individualizados, perdem identidade camponesa. Passa a ser um produtor que se restringe a casa dele” (COSTA et al, 2003, p. 53).

Conforme a situação da família melhora a tendência a se tornarem mais individualistas seria acentuada. Esse posicionamento foi notado durante a aplicação dos questionários com os produtores familiares e evidenciou a diferença entre “trabalhar coletivamente” e “interagir socialmente”.

Resgatando dados obtidos pelo questionário, dos 81 entrevistados, somente 25 (31%) declararam participar de associação/cooperativa (em alguns casos, declaravam ter o nome em associação, mas que preferiam responder que não participavam, devido a sua falta de envolvimento), mas metade (42 entrevistados) costumava frequentar cursos oferecidos pelas entidades de extensão e sindicato, dois terços (54 pessoas) gostariam de ter mais ocasiões para conversar/discutir e 70% deles (57 casos) declararam que visitam vizinhos com frequência. É preciso considerar ainda que mais da metade dos entrevistados (58%) tinha parentes em assentamentos nos município ligados a Rede Xique Xique como Apodí, Barúnas, Janduí e Mossoró, o que também tende a aumentar a interação social particular.

Ao mesmo tempo em que têm a percepção de que muitos produtores não seriam dispostos a participar de atividades coletivas, observam-se relatos que os agricultores costumam visitar conhecidos em diferentes assentamentos, fazem festas e também se integram muito bem quando estão na cidade – o que reitera o nosso entendimento de que “trabalhar coletivamente” é claramente distinto de “interagir socialmente”.

Esses comentários, incluindo o observado durante as entrevistas, concordam com a ideia

de que “sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo” (BORDENAVE, 1995, p.68). Sinalizam que, com o passar dos anos de assentamento, o interesse por trabalhos ou ações coletivas perderia força, com as famílias tendendo a conduzir suas atividades mais por conta própria. Essa postura dos produtores, portanto, destoa do processo de associação previsto na maioria das políticas públicas atuais para a concessão de recursos. Durante a apuração, era comum produtores declararem que participam de associações só para poder acessar linhas de crédito, mas sem se envolver em atividades conjuntas.

Por sua vez, a interação no âmbito individual foi presenciada. Nos municípios, produtores de vários assentamentos se encontram, conversam animadamente, almoçam juntos nos bares, lanchonetes, além de despenderem um tempo na praça, banco e lojas do comércio. Toda essa dinâmica faz crer que não pode ser rejeitada a hipótese de que existe uma rede de interações sociais que favorece trocas consistentes entre os produtores e desses com outros atores, independentemente de limites administrativos do rural e urbano.

A rede de relacionamentos gerada pelos agricultores, com alguns interagindo mais intensamente que outros, mas sem se notar nenhum nível de isolamento, inclui extensionistas de instituições públicas, representantes do sindicato e também de outros setores da sociedade, conforme se ouviu nas entrevistas e se observou em campo.

Quando questionados sobre o perfil dos agricultores familiares da Rede Xique Xique, os representantes das instituições apresentaram respostas que também se reiteraram. Apesar de não corresponder à totalidade, haveria a predominância de pessoas que se manifestam, que se impõem, que perguntam, que correm atrás de seus direitos, cobram, sabem a quem recorrer. “A cidadania é sempre uma conquista do povo. A ampliação dos direitos de cidadania depende da capacidade política” dos cidadãos, da qualidade participativa desenvolvida” (PERUZZO, 2002, p.5).

De acordo com os entrevistados, a maioria fala de política, debate e não se intimida em apresentar opinião diferente da do técnico – houve oportunidade de se presenciar um diálogo com esse teor. Alguns entrevistados comentam que há ocasiões, inclusive, em que os produtores buscam direitos que não têm ou, pelo menos, que eles, representantes de tais entidades, desconhecem. É preciso observar, contudo, que os próprios técni-

cos também se sentem carentes de informações, declarando ser esporádico, por exemplo, o acesso a produtos da imprensa especializada.

Do conjunto de dados e observações geradas, no entanto, extraem-se subsídios para que não seja rejeitada a hipótese de que os produtores familiares da Rede Xique Xique, apesar de ressalvas, têm avançado no processo de emancipação, de construção da sua cidadania. Apesar da identificação de problemas no processo de desenvolvimento dos da Rede Xique Xique, o balanço feito pelos entrevistados é positivo. As políticas públicas conseguiram chegar ao seu objetivo, e todos os membros que participam da Rede fazem parte disso.

5 CONCLUSÕES

Notou-se que há uma deficiência de informação e grande interesse por interação social. Já existe uma rede de comunicação que favorece trocas consistentes entre os agricultores familiares da Rede Xique Xique e desses com outros atores locais – o que torna possível a contribuição da comunicação para a mudança social, mas, certamente, a qualidade dessas interações poderia ser melhorada, sobretudo caso houvesse maior acesso a informações concernentes ao dia-a-dia daquelas famílias.

As interações então observadas se dão entre todas as famílias – com alguns interagindo mais que outros, mas sem se identificar isolamento destes com representantes de instituições públicas, de entidade de classe e também de outros setores da sociedade local, como sitiantes tradicionais, comerciantes e prestadores de serviços em geral. A comunicação entre esses diversos atores é efetivada tanto no ambiente dos assentamentos quanto urbano, de forma periódica, com o desenrolar contínuo de negociações entre os vários participantes. Posições divergentes encontram-se inclusive entre os produtores, o que pode ser interpretado como sinal de criticidade, em oposição à passividade pejorativa. Observou-se também que o perfil participativo torna dinâmica a rede de interações sociais, mas não necessariamente estimula o interesse por trabalhos em conjunto (coletivos). Esse aspecto do perfil das famílias poderia ser levado em conta nas políticas públicas que atualmente exigem que o produtor participe de associação para ter acesso a recursos.

A postura participativa em eventos mais restritos e também maiores bem como a ação para fazer valer direitos seria predominante entre os

agricultores, levando-se a concluir que também a hipótese de que têm avançado no processo de construção de sua cidadania não pode ser rejeitada. Aproximadamente 93% deles se sentiam dono do seu lote e das atividades que nele realizam bem como da “própria vida”, segundo apurado por questionário.

Apesar de dinâmica, a rede de comunicação estabelecida exibe carências quanto aos três elementos previstos na teoria da comunicação para a mudança social. Do tripé apresentado por Bêltran Salmón – acesso, diálogo e participação em condições de igualdade, o conjunto de apurações feitas em campo mostrou que o acesso à informação pode ser considerado precário e que as oportunidades de diálogo e participação também poderiam ser ampliadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.
- BELTRÁN SALMON, Luis Ramiro. **El pensamiento latinoamericano sobre comunicación democrática**. In: Tendencias'2007 - Medios de Comunicación: El Escenario Iberoamericano. Colección Fundación Telefónica, 2007. p. 275-289. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/primer/a/anuario_medios.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2013.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação?** São Paulo, 1995.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, 2003. p. 36-61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2013.
- FÍGARO PAULINO, Roseli; BACCEGA, Maria Aparecida. **Sujeito, comunicação e cultura (entrevista com Jesús Martín-Barbero)**. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 15, p. 62 a 80, maio/ago. de 1999. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/comeduc/artigos/15_62-80_05-08_1999-9.html>. Acesso em: 04 abr. 2013.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre, 2008.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação na América Latina: a conjuntura pós-desenvolvimentista.** Campinas: Papyrus, 1989. p. 13-38. 04 abr. 2013.

PONCHIO, Ana Paula. **Comunicação e desenvolvimento de agricultores familiares de Teodoro Sampaio-SP.** Campinas, SP. 2011.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.** PCLA. Pensamento Comunicacional Latino Americano (Online), São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 04 abri. 2013.

SCHNEIDER, Sergio, TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural.** Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 175 p.

TRIGUEIRO, Osvaldo. **O estudo científico da comunicação: avanços teóricos e metodológicos ensejados pela escola Latino-Americana.** PCLA-Pensamento Comunicacional Latino-Americano. v. 2, n. 2, jan./fev./mar. 2001. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206-3.htm#22>>. 04 abr. 2013.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno.** In: _____ Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330 p.